

O fracasso improdutivo



Por **EDUARDO GUERREIRO LOSSO***

A atmosfera depressiva que paira sobre todos os cidadãos que primam pela normalidade institucional diante de um governo que ataca o Estado democrático

No final do discurso de lançamento de sua chapa de candidatura à presidência, Lula resumiu as inquietações atuais de seu eleitorado: “Chega de ameaças, chega de suspeições absurdas, chega de chantagens verbais, chega de tensões artificiais”. A enunciação do *basta!* se segue à constatação de uma necessidade: “o país precisa de calma e tranquilidade”, isto é, “é preciso mais do que governar – é preciso cuidar”, “e nós vamos outra vez cuidar com muito carinho do Brasil e do povo brasileiro”.

Por trás desse comprometimento não só com a tarefa de governar, mas com a dimensão zelosa que a acompanha, Lula captou algo mais do que o anseio por mudança social: percebeu o quanto que a balbúrdia do governo atual fomentou um ambiente público bélico, aflito, alvoroçado.

Por trás desse tormento coletivo mais visível, é indispensável entender como ele ocorre na própria formação da subjetividade neoliberal. No Brasil, Maria Rita Kehl e Christian Dunker são os que mais têm avançado nesse campo. Em contraposição à formação da *hipótese repressiva*, que Foucault desenvolveu a respeito de Freud, em que as patologias neuróticas respondem à imposição social patriarcal da lei e do regime disciplinar, Christian Dunker lança uma *hipótese depressiva* na era neoliberal, em que o indivíduo, diante do imperativo de produtividade e sucesso empresarial, sucumbe num fracasso improdutivo.

Depressão cívica

O que proponho aqui é especificar mais o escopo movido pela própria atualização. **Frei Betto** mencionou, em 2015, que o Brasil estava passando por uma “depressão cívica”, no momento em que o *impeachment* nem mesmo havia ocorrido. Essa expressão já tinha sido outrora usada por **Benedetto Croce** ao enumerar as causas do fascismo italiano. Christian Dunker lembra que a palavra “depressão” também foi usada no sentido econômico a respeito da queda da bolsa de Nova York de 1929, antes de adquirir o sentido patológico, o que confirma o cruzamento da dimensão social e individual.

Pretendo me ater, nesse sentido, não ao indivíduo depressivo propriamente dito, mas a uma sorte de atmosfera depressiva que paira sobre todos os cidadãos que primam pela normalidade institucional diante de um governo que ataca incessantemente as estruturas do Estado democrático. Essa camada, geralmente mais politizada, tem sentido os golpes incessantes do planalto como agressões a sua cidadania. Não me refiro a toda a sociedade, pois apoiadores do governo não sofrem com essas agressões, ao contrário, participam dela, e os indiferentes não sabem muito bem o que se passa.

Nunca sofremos tanto

Por conseguinte, refiro-me, mais especificamente, à depressão cívica que atinge, em geral, uma camada progressista da população, que não necessariamente desenvolve sintomas depressivos individuais, mas participa de uma verdadeira dor coletiva vinda da tortura que é acompanhar o noticiário cotidiano, lidar com os conflitos na família, no trabalho e participar da inquietação das redes sociais. Trata-se de um tormento mental, porém não individualizado. É um sofrimento psíquico que incide na fragilidade do brasileiro, agredido pelo bombardeio cotidiano das várias formas de desmonte institucional. Sofremos, portanto, mais como cidadãos e não tanto como sujeitos individuais.

Não se trata de pensar a depressão no âmbito maior do sistema neoliberal como um todo, mas dentro no ramo da *alt-right* neofascista atual. Tal especificidade se justifica precisamente porque *nunca um governo agiu tão perversamente com vistas a fazer o cidadão ciente de seus direitos sofrer e nunca sofremos tanto por causa da agressão incessante de um governo às instituições do Estado de direito*. Se há um momento em que de fato se padece de depressão cívica, é de 2018 até hoje, mesmo que o processo tenha se iniciado em 2014.

Geralmente, quando se fala de toda a abundância de investidas contra a democracia, a discussão se dá dentro de um âmbito jurídico, político e administrativo. Pouco se fala do aspecto afetivo e psíquico da questão. Devo asseverar que essa lacuna agrava o problema: quando somente sentimos a dor cívica, mas não nos damos conta da particularidade dela, justamente nesse ponto os agressores atordoam os agredidos. Somente se conseguirmos falar e pensar sobre tal dor é que poderemos elaborá-la e tornar possível algum tipo de reconstrução não somente formal, numa desejada vitória eleitoral, mas afetiva da cidadania.

Para reconhecer as modalidades desse sofrimento, é preciso se perguntar: onde surge essa espécie de dor cívica? Proponho subdividir em três campos do espaço público: a atividade direta do governo, a abordagem da mídia e a movimentação das redes sociais.

Normalização do alerta

A atividade pública do governo atual está toda planejada como uma guerra híbrida contra o cidadão comum. Ela se constitui de uma série de informações díspares confusas e desencontradas. Por exemplo, quando ela busca reivindicar “liberdade de expressão” para melhor atacar órgãos de garantia da liberdade de expressão, promove uma naturalização da própria contradição. Ela não para de deslocar discussões sobre decisões políticas para pautas morais; do mesmo modo, vive de avanços e recuos estratégicos na gerência de suas decisões.

Os principais personagens do governo fazem o papel de avatares, *trolls*, que divertem o seus, atemorizam os inimigos e produzem a gamificação da política. Tudo isso leva a um desnorteamento do espaço público. A reincidência dessas mesmas atitudes suscita raiva ao cidadão, mas terminam por cansá-lo. Quando parece que há alguma reação efetiva de CPI, STF e de outras instituições ameaçadas, o resultado é pífio, o que confirma um estado cada vez mais amargo de desesperança e medo.

Analistas de conjuntura, editoriais e colunistas diversos da mídia repetem os mesmos alertas de gravidade da situação. Há uma estranha contradição em ouvir diversos imperativos de combater as ousadias antidemocráticas e constatar a permanência dos ataques. Evidentemente, vai se sedimentando uma naturalização das agressões e uma litania de repúdio formal dos especialistas.

As afirmações absurdas do presidente levam os comentaristas a tratá-lo como se fosse uma criança malcriada, mas essa infantilização é duvidosa. Tudo o que ele diz está estrategicamente ligado ao que depois será repercutido por seus agentes na mídia alternativa e grande parte dessa engenharia informacional é sofisticada e eficaz.

Logo, a simplificação e a transmissão fria e de notícias muito graves cria no sentimento cívico uma normalização da catástrofe e uma suspeita de falsa reação, falsa crítica ao noticiado. O cidadão faz um considerável esforço mental para não aceitar, não participar da normalopatia, para não se tornar indiferente e, no entanto, sua revolta é vã, impotente e miserável.

A neutralização afetiva do repórter combina mal com o medo da perda de solo institucional. Se há denúncia das inconstitucionalidades, não há punição. Logo, a impunidade dos agressores naturaliza a desagregação da democracia. Parece que tudo conspira para a banalização do mal.

Desgosto

Em completo contraste com a neutralidade da mídia oficial, as redes sociais estão cheias de denúncias raivosas, onde o afeto é bruto, sem nenhum filtro. Vituperações pessoais bravateiam histericamente sua indignação e as mesmas postagens contestatórias são compartilhadas. Não demora muito para o sujeito perceber que as redes são incansáveis e cansativas, insaciáveis e enjoativas.

Elas contribuem para o retardamento mental, a involução cognitiva, e o cidadão precisa fazer mais um custoso esforço para não cair no emburrecimento. Ele observa nos outros uma alternância maníaco-depressiva que ele mesmo experimenta e vê confirmada sua impotência solitária na impotência compartilhada.

O pior das redes sociais nem se restringe a isso. Elas são concebidas de modo a estimular o ódio, as “tretas”, as polêmicas artificiais que jogam bolhas da esquerda umas contra as outras. O gesto de solidariedade que normalmente deveria ocorrer em situações de compartilhamento de sofrimento é substituído por uma agitação nervosa constante que patenteia o fracasso político da comunicação digital, para a felicidade dos gestores das plataformas. Rapidamente, a depressão cívica leva o cidadão a sentir desgosto por tudo: consenso e dissenso, discordância e concordância, gestos de rejeição e solidariedade. Paira nas redes um abismal mal-estar da comunicação pública.

Diante dessa fadiga, claro que o usuário usufrui de muitos tipos de fuga: diversão de memes, paisagens turísticas coloridas, fotos felizes de amigos, jogos, filmes, séries. Mas ele constata sua incurável superficialidade. Ausentar-se das notícias e das discussões é, sem dúvida, um modo de não contribuir para a naturalização do inaceitável, mas também é mais um sintoma de debilidade.

A convivência diária com as pavorosas notícias, com os bolsominions e com as brigas internas da esquerda aumenta a sensação de medo e aflição, pois tudo indica que não há escapatória: voltamos ao mesmo beco sem saída. A tortura cotidiana se completa: notícias tenebrosas, inércia suspeita da mídia, impunidade dos agressores, agitação desgastante da discussão política nas redes sociais e fugas banais.

Quando Lula disse que é preciso mais do que governar, é preciso cuidar, ele explicitou aquilo que falta na dimensão afetiva do espaço público. Foi isso que não ocorreu satisfatoriamente na pandemia e não está ocorrendo no governo pandêmico. Nem a mídia oficial nem as plataformas das redes parecem interessadas em cuidar de um cidadão fragilizado, ao contrário, elas participam, cada uma a seu modo, indiretamente ou não, de um massacre orquestrado. Em meio à guerra midiática, cultural e política, os progressistas precisam de um verdadeiro cuidado coletivo.

***Eduardo Guerreiro Losso** é professor do Departamento de Ciência da Literatura da UFRJ. Autor, entre outros livros, de *Sublime e violência: ensaios sobre poesia brasileira contemporânea (Azougue)*.

Publicado originalmente no site da revista [Cult](#).